

Critérios distintos ao da realidade dos autos, especialmente pelo fato da Recorrente possuir produção própria de insumos, é tratar igualmente relações desiguais, o que é vedado pelo Princípio da Isonomia, que fixa regra para tratar desigualmente os desiguais e na exata medida da desigualdade.

POSSÍVEL FALHA NA ELABORAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

Aduziu a autoridade revogante, o seguinte, quanto à pesquisa de mercado:

(...) fica presumida possível falha na elaboração no nosso valor estimado nesta contratação.

Com a máxima vênia, é evidente o acerto da pesquisa de preço.

Isso porque a pesquisa de preço de mercado, apesar de ser uma obrigação, é para balizar, equiparar eventual contratação. Com isso evitam-se contratações a preços elevados.

Mas não se pode perder de vista que a estimativa de preço é, pela própria expressão, apenas uma estimativa, logo, o valor do contrato pode ser pouco mais ou menos oneroso. No caso deste Edital, diante de regra expressa, a Administração optou por realizar contratações desde que o preço ofertado esteja, necessariamente, abaixo da estimativa.

Ora, inexistente possível falha de preço, posto que, conforme consta nos autos, a estimativa foi realizada através de pesquisas e se obteve aquele preço, tudo através de transparência, portanto, conclui-se que inexistente falha capaz de se enquadrar em fato superveniente para resultar em revogação do certame.

DA EXEQUIBILIDADE DO PREÇO OFERTADO

Segundo o art. 48, II da Lei Geral de Licitações:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.